



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

### EMERGÊNCIA PÚBLICA DE TRANSMASCULINIDADES NA CENA BRASILEIRA EM PRINCÍPIOS DOS ANOS 2000

Guilherme Silva de Almeida<sup>1</sup>

Raquel Alves dos Reis Gomes de Carvalho<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo traz uma breve cronologia com fatos que constituem e dialogam com o processo de emergência pública das transmasculinidades na cena brasileira no princípio dos anos 2000, preponderantemente o intervalo entre 2008 a 2016. São apresentados aspectos relacionados à biografia de personalidades e ativistas, às primeiras articulações políticas e algumas das lutas que marcaram este período.

**Palavras-chave:** gênero, transexualidade, transmasculinidades, homens trans, direitos humanos.

**Abstract:** The article presents a brief chronology with facts that constitute and dialogue with the process of public emergence of transmasculinities in Brazil in the early 2000s, predominantly the interval between 2008 and 2016. It presents aspects related to the biography of personalities and activists, the first political articulations and some of the struggles that marked this period.

**Key words:** gender, transsexuality, transmasculinities, trans men, human rights.

#### Apresentação

A cronologia na qual é possível localizar o processo de emergência pública da transmasculinidade no Brasil pode ser pensada em duas fases: de 2008 a 2012; e de 2013 a 2016. A dissertação que deu origem a este artigo se propôs a buscar descrever parte do processo de emergência pública das transmasculinidades no Brasil em princípios dos anos 2000, como um fenômeno original na cena pública brasileira e, mais especificamente, ela se deteve no período situado entre 2008 e 2016.

Partimos de duas hipóteses para a construção desta cronologia. A primeira foi a de que a base material e histórica sobre a qual o processo social da emergência pública das transmasculinidades veio a se constituir, de maneira mais ou menos direta, encontra relação com um conjunto de transformações políticas, econômicas, culturais e tecnológicas em sua maioria decorrentes do período pós 2ª Guerra Mundial. Este período, assim como alguns processos que nele e em decorrência dele se sucederam, nos oferecem insumos básicos para compreendermos o processo que constitui o interesse dessa pesquisa.

Na medida em que circulam tais formas de vida, encarnadas em existências

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: raq.argc@gmail.com.

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social, UERJ, E-mail: raq.argc@gmail.com.

materiais concretas, as transmasculinidades imporiam, mesmo sem perseguir este objetivo, a constatação no mínimo desconcertante de que *todas* as masculinidades são elas mesmas ficções políticas (BUTLER, 2015). Ao menos esta seria a nossa segunda hipótese. Funcionando como uma espécie de imagem refletida, as transmasculinidades forçariam as masculinidades hegemônicas a terrível constatação de que são, de igual maneira e invariavelmente, uma imagem também refletida. De modo que toda e qualquer suposta distorção na imagem de expressões de gênero transmasculinas seriam indícios de que também há distorções na própria masculinidade hegemônica. Porque distorcido mesmo é o gênero, ficção política que é.

Devido ao fato de ser um fenômeno recente, mas também novo naquilo que expressa socialmente, a proposta inicial da dissertação contava com o recurso metodológico de fontes primárias baseadas em entrevistas semiestruturadas dirigidas a alguns ativistas e lideranças trans (sobretudo homens), profissionais e pesquisadores/as que tivessem atuado no período de análise. Contudo, diante da impossibilidade temporal de realizar essas entrevistas nos reconduzimos a um novo desenho metodológico.

Sendo assim, além do recurso ao estudo bibliográfico, partimos da análise de registros documentais que pudessem contribuir para a compreensão deste processo. Desde documentos governamentais e portarias emitidas por órgãos públicos do poder executivo, como o Ministério da Saúde ou do Poder Judiciário, até normativas e notas técnicas emitidas por alguns conselhos profissionais.que possuem relação com as pautas reivindicatórias dos homens trans e da população de travestis e transexuais em geral.

Mas estes registros incluíam também registros audiovisuais e jornalísticos, acervos digitais e livros que pudessem contribuir na costura narrativa desta história. Tais registros foram pensados tanto em termos do que a mídia foi capaz de produzir sobre a emergência das transmasculinidades, como também naqueles registros que foram de alguma maneira produzidos, roteirizados, organizados ou veiculados pela própria população trans, especialmente, a população transmasculina. Para tanto nos valem da possibilidade de acessar conteúdos publicamente registrados e veiculados em plataformas da internet como sites, blogs e redes sociais.

### **Emergência das transmasculinidades: uma narrativa**

Na década de 1970, a cirurgia de redesignação sexual/transgenitalização era uma atividade clandestina no Brasil, mas há registros esparsos de que alguns homens trans já se afirmavam como homens e/ou realizavam modificações corporais. À época, o país vivia sob uma ditadura militar e Emílio Garrastazu Médici, um dos três militares que governaram durante a ditadura, ocupou a presidência da república de 1969 à 1974. Neste ínterim, em

1971, o médico Roberto Farina realizou a primeira cirurgia de redesignação sexual em uma paciente transexual feminina, como relata João W. Nery (2011) em sua biografia. Na mesma década, precisamente em 1974, foi patenteado pelo soviético Victor Konstantinovich Kalnberz “o primeiro implante peniano à base de varetas de plástico de polietileno como tratamento à falta de ereção, criando um pênis permanentemente ereto” (PRECIADO, 2018, p.32).

No Brasil de 1978 o general Geisel ainda não havia chegado ao final de seu governo. A cirurgia de redesignação sexual permanecia sob clandestinidade. Prevista como crime e considerada uma mutilação pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), a realização de uma cirurgia de transgenitalização em 1975 levou Roberto Farina a uma condenação judicial. Farina foi também o médico responsável por realizar em 1977 os procedimentos cirúrgicos em João W. Nery, à época com 27 anos. Anos mais tarde, na segunda década dos anos 2000, Nery viria a se tornar um dos mais importantes e reconhecidos ativistas do movimento de homens trans.

Sob governo de João Figueiredo, em 1984 o Brasil se aproximava do fim do período ditatorial. No mesmo ano, sem que a sua identidade fosse revelada, João W. Nery publica seu primeiro livro, intitulado “Erro de pessoa”, no qual narrava a sua trajetória vivida até ali. Dois anos antes, Anderson Herzer teve publicado o seu livro “A queda para o alto”. Nascido em 1962, o escritor e poeta foi também ex-interno da antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), hoje Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA). Herzer, tal como João W. Nery também era um homem transexual. Viveu uma dura trajetória de vida marcada pela morte de seus pais ainda na infância, pela violência e o preconceito, culminando em seu suicídio aos 20 anos de idade. O que não o impediu de registrar sua história com o apoio do então deputado estadual de São Paulo, Eduardo Suplicy.

Em 1984, Roberta Close, mulher transexual, pousou nua para a revista *Playboy* gerando forte repercussão na mídia à época. No ano seguinte, a eleição de Tancredo Neves para a presidência marcou o primeiro governo civil após a ditadura militar. Com o seu falecimento, contudo, ascende à presidência o vice José Sarney, figura política historicamente ligada às elites conservadoras do país.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, o então movimento homossexual buscou introduzir no texto constitucional a “não-discriminação por opção sexual”, mas a tentativa não foi bem sucedida. Promulgada a nova Constituição, que a despeito desta não incorporação, contemplou mudanças no que tangia aos direitos sexuais e à busca de mais igualdade entre os gêneros.

A década de 1990 ficou marcada, no âmbito das questões ligadas à população

trans, pelo crescimento da procura por realização de cirurgias de transgenitalização no exterior, pois já havia um fluxo contínuo de travestis e mulheres transexuais que deixavam o Brasil em busca da realização destas cirurgias na Europa e na Tailândia, principalmente. Isto ocorria porque o procedimento era proibido no Brasil. O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) iniciou a realização do procedimento na mesma década.

Em 1992 foi fundada no Rio de Janeiro a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL). Em 1993, foi realizado o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na luta contra AIDS (o ENTLAIDS), que passou a ser o mais importante encontro da população trans (travesti e transexual) no Brasil até então (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Em 1995 foi criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e em 1996, foi realizado o I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). Ambos são marcos importantes do fortalecimento do movimento LGBT nacional. Em 1997, o Conselho Federal de Medicina emitiu a Resolução CFM nº 1.482/97 que revogou a Resolução CFM nº 1.652/2002. Esta mudança permitiu que a partir de então, cirurgias de transgenitalização de pessoas transexuais pudessem ser realizadas no país, ainda que sob condições especiais.

Em 1997, segundo Arán, Zaidhaft e Murta (2008), foi regulamentada a realização dos procedimentos cirúrgicos de transgenitalização dentro dos hospitais públicos universitários brasileiros. O argumento para a aprovação destes procedimentos em hospitais públicos se balizava na chamada “intenção de beneficência”, cuja orientação se organizava pelos princípios terapêutico e clínico, ou seja, visando a integração do corpo com a identidade autopercebida pelo sujeito, e pelo princípio de justiça e autonomia. Para isto, era necessário que antes houvesse a confirmação do diagnóstico psiquiátrico de transexualismo. Foi pela prerrogativa psicopatologizante, que percebia na condição da transexualidade uma doença, que as pessoas trans passaram a ter o direito de acessar os serviços especializados de saúde no Brasil.

Em 2001, o desembargador federal Roger Raupp Rios apresentou uma defesa da regulação pelo Ministério da Saúde das cirurgias de transgenitalização através do Tribunal Regional Federal da 4ª Região na Apelação Cível nº 2001.71.00.026279-9/RS. Essa iniciativa foi muito importante para pressionar o Ministério da Saúde a construir uma resposta pública à assistência de pessoas trans no SUS, o que só ocorreu efetivamente sete anos depois.

Em 2002, foi emitida também pelo Conselho Federal de Medicina, a Resolução do CFM nº 1.652/2002. O documento dispôs mais detalhadamente sobre a cirurgia de

*transgenitalismo* e revogou a Resolução CFM nº 1.482/97. A Resolução de 2002 superou, em relação à Resolução de 1997, o caráter experimental da cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e dos procedimentos complementares relacionados às gônadas e aos caracteres sexuais secundários. Contudo, foi mantido o caráter experimental da cirurgia de neofaloplastia e dos procedimentos complementares das gônadas e de caracteres sexuais secundários. O texto de 1997, revogado pelo CFM, determinava: “autorizar, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo” (CFM, 2002). Com a substituição pelo texto da Resolução de 2002, o Conselho estabeleceu em seu Artigo 1º “autorizar a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo” (CFM, 2002).

Os critérios exclusivamente médicos utilizados na definição do “transexualismo” persistiram na Resolução de 2002, sem que houvesse qualquer alteração em relação à Resolução de 1997. Eram eles:

- 1) desconforto com o sexo anatômico natural; 2) desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3) permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4) ausência de outros transtornos mentais. (CFM, 2002)

Com a Resolução de 2002, a equipe multidisciplinar passou a contar com endocrinologista, exigência antes não vigente. Este profissional foi incorporado à equipe que então compreendia médico psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social. A realização das cirurgias, antes autorizadas exclusivamente em hospitais universitários ou hospitais públicos que necessariamente desenvolvessem pesquisa, passou a ser autorizada também nos demais hospitais públicos ou privados, deixando de existir como critério a exigência de atividade de pesquisa.

Contudo, esta alteração somente foi aplicada para os casos de “adequação do fenótipo masculino para feminino”. Enquanto as cirurgias de interesse às pessoas transmasculinas mantiveram o mesmo critério de 1997, definindo a Resolução de 2002 em seu Artigo 5º que “as cirurgias para adequação do fenótipo feminino para masculino só poderão ser praticadas em hospitais universitários ou hospitais públicos adequados para a pesquisa”. Esta mudança apontava para a disparidade da oferta das cirurgias de transgenitalização entre mulheres e homens transexuais.

Em 2003, o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ) iniciou a realização de cirurgias de transgenitalização em mulheres trans. Na mesma época foi fundada a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). Em 2004, surge nos Estados Unidos a rede social *Orkut*, que

viria a ser desativada em 2014. O *Orkut* teve um papel importante para que pudessem ser criadas as primeiras comunidades virtuais de homens trans no país. Essas comunidades eram em geral fechadas a poucos membros, que poderiam ser adicionados mediante autorização prévia.

Seguindo a tendência das redes sociais, o *Facebook* também foi criado em 2004, nos Estados Unidos. Ao contrário de seu contemporâneo *Orkut*, o *Facebook* mantém-se ativo, tendo registrado no ano de 2012 um aumento explosivo no número de usuários no Brasil. É possível afirmar que o *Facebook*, em razão de seus amplos recursos tecnológicos, teve um papel muito significativo para o surgimento e o incremento de comunidades virtuais de homens trans e para a disseminação de informações sobre transexualidade.

O mesmo se passou com o *YouTube*. A plataforma de compartilhamento de vídeos, também norte-americana e criada em 2005, teve sua interface brasileira lançada em 2007. Desde então tornou-se um dos *sites* mais acessados no país. Entre a infinidade de canais, como são chamadas as contas de usuários pessoais ou corporativos, atualmente é possível encontrar canais de homens trans que utilizavam a plataforma para falar sobre suas experiências de vida, incluindo nisso questões relacionadas às transmasculinidades. Há uma variedade de temas e relatos. Dos processos de autopercepção do gênero, questões familiares, às relações na escola, universidade e no mundo do trabalho. Além de conteúdos relacionados à luta e organização política, elucidação de trâmites judiciais em torno da retificação do nome, acesso à saúde, orientações sobre a administração de hormônios e sobre as cirurgias que alteram caracteres sexuais, e até mesmo avaliações de produtos como *binders*<sup>3</sup> e *packers*<sup>4</sup>.

Voltando a 2005, a psicóloga e pesquisadora Marcia Áran, que já havia atuado no processo transexualizador, integrou um movimento pressão política em defesa da regulação dos serviços especializados de saúde destinados à população transexual. No mesmo ano Arán participou do Seminário “Transexualidade e Saúde” organizado no Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o primeiro a promover este debate no Brasil. Dele saiu uma importante carta que foi enviada ao Ministério da Saúde e assinada por pesquisadores/as, profissionais de saúde e pessoas transexuais, aumentando ainda mais a pressão por uma regulamentação oficial dos procedimentos dirigidos a pessoas trans no escopo do Sistema Único de Saúde (SUS), o que não tinha sido feito até então.

No mesmo período, ocorria o XXII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e

---

<sup>3</sup> Faixas ou coletes elásticos que reduzem o volume dos seios por meio de compressão.

<sup>4</sup> Peças que se assemelham a próteses penianas utilizadas como um recurso ao urinar em pé, nas práticas sexuais e/ou visando conferir volume, de modo a proporcionar maior conforto e bem-estar.

Transgêneros e a fundação do Coletivo Nacional de Transexuais (CNT). É importante o registro porque o movimento de pessoas identificadas com o “T” desta sigla, que se tornava ainda mais fortalecido, também passou a ter uma forte incidência sobre o Ministério da Saúde, no sentido de pressioná-lo pela regulamentação de serviços especializados no SUS.

Em 2006 foi publicado o documento *Princípios de Yogyakarta*<sup>5</sup>, do qual o Brasil é um dos mais de vinte signatários. O documento resulta de um esforço internacional mobilizado por ativistas, especialistas, juristas e organizações comprometidos com os direitos humanos, especialmente com os direitos à orientação sexual e à identidade de gênero. Com representações de diferentes países, o documento reuniu um amplo conteúdo que buscava orientar os Estados sobre a importância de estabelecer mecanismos e políticas de proteção aos direitos humanos na medida em que se relacionam com a orientação sexual e a identidade de gênero de grupos socialmente discriminados, reforçando a necessidade de combater os casos de violação destes direitos. O documento se destaca pela qualidade de seu texto, e ainda por sua amplitude temática, apresentando vinte e nove princípios que afirmam direitos nas esferas da educação, família, trabalho, saúde, justiça, cultura, vida pública, entre outras.

Em 2008 foi instituído o processo transexualizador no país a partir da Portaria nº 457 do Ministério da Saúde, visando a regularização das cirurgias de transgenitalização, resultante de esforços conjugados por lideranças do movimento trans e de pesquisadores/as como Marcia Arán e Tatiana Lionço. Até então, tais cirurgias eram realizadas como parte de projetos de pesquisa e intervenção de profissionais de saúde vinculados aos hospitais especializados e, por esse motivo, tinham um caráter experimental, não sendo considerados serviços a serem ofertados no âmbito do SUS.

Também em 2008 o ativista Alexandre Peixe é eleito presidente da Associação da Parada Gay de São Paulo, tornando-se um dos primeiros homens trans a ganhar visibilidade na cena pública.

Também em 2008, foi lançado o documentário “Eu sou homem” da diretora Márcia Cabral, que era vinculada ao Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL) e ao grupo Minas de Cor. O documentário apresentava algumas pessoas que se identificam como homens, embora tivessem sido assignados como do sexo feminino ao nascerem. Estes homens tinham em comum o recurso a vestimentas e outras características corporais majoritariamente atribuídas ao gênero masculino e, um deles, também tinha realizado uma mamoplastia masculinizadora. O documentário circulava principalmente em espaços do

---

<sup>5</sup> Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2019.

movimento LGBT.

No ano de 2008 houve a 1ª Conferência Nacional GLBT em Brasília, depois de conferências estaduais e municipais terem sido realizadas no país inteiro. Naquela Conferência, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareceu ao lado da primeira dama, Marisa Letícia. O gesto político de vestir um boné com o símbolo do arco-íris e comparecer à Conferência teve um forte impacto e gerou comoção no movimento LGBT.

Em outubro de 2009 foi criada a campanha internacional *Stop Trans Pathologization* (STP), levantada e defendida por ativistas e grupos organizados da sociedade civil de diferentes partes do mundo. No Brasil a campanha também recebeu o nome de *Dia Internacional de Ação pela Despatologização Trans*. Estas iniciativas começaram uma mobilização que se tornaria uma tônica na década seguinte por uma parte considerável do movimento de pessoas trans: a luta pela despatologização das identidades trans.

A segunda metade desta cronologia é marcada por um período de maior *visibilização* no processo de emergência pública dos homens trans no Brasil. Se for possível destacar um evento que marca esta passagem é provável que o ressurgimento de João W. Nery à cena pública, e desta vez mostrando sua história, seu rosto e seu corpo, seja um dos mais significativos. Foi em uma edição de dezembro de 2009 da revista *Trip*, em meio *online* e impresso, que João Nery protagonizou uma belíssima matéria na qual sua história de vida era contada. Intitulado “Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois”, o segundo livro de João foi lançado no ano seguinte. Rapidamente o livro tornou-se um marco do ativismo transmasculino no país, ganhando amplo alcance com a sua progressiva participação na mídia, nas redes sociais e em eventos acadêmicos.

Em 2010 o assistente social e pesquisador Guilherme Almeida ingressou no corpo docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Pólo Universitário de Rio das Ostras (RJ), tornando-se o primeiro homem trans a assumir um cargo docente na universidade pública brasileira. No mesmo ano, durante o 34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) realizado em Caxambu (MG), Guilherme Almeida proferiu uma fala histórica na qual apresentou publicamente, em um evento acadêmico de relevância, uma autoetnografia sintetizada no texto “Homem transexual: fragmentos etnográficos da constituição de uma (nova?) identidade social”.

Além do pesquisador, a mesa contou ainda com a participação da histórica liderança do movimento de prostitutas, Gabriela Leite, e de Guita Grin Debert, docente e pesquisadora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Após a leitura do seu texto, o pesquisador foi ovacionado pelo público



presente que até então desconhecia o tema e tornou-se o primeiro professor universitário brasileiro reconhecido como *homem trans*. Aquele momento também foi inaugural se pensarmos que até 1990, somente as ciências médicas constituíam o campo de saberes sobre transexualidade. Foi a partir dos anos 1990 que a psicologia social e a antropologia também passaram a se constituir enquanto produtores de saberes acerca das transexualidades, sendo a socióloga cisgênera Berenice Bento um dos nomes mais destacados naquele momento, pelo seu pioneirismo.

Em 2010, com o objetivo de discutir a relação entre travestilidade/transexualidade e saúde, foi realizado um evento pela Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) da Universidade de São Paulo (USP) com patrocínio do Ministério da Saúde. Deste evento decorreu uma rica publicação transdisciplinar intitulada “Transexualidade, travestilidade e direito à saúde” (2010). O ano todo foi significativamente marcado pela existência de seminários e conferências que permitiram registrar a ampliação da visibilização e cobertura midiática a respeito dos homens trans.

O ano de 2011, assim como o anterior, foi significativamente marcado pela existência de seminários e conferências que permitiram registrar a ampliação da visibilização e cobertura midiática a respeito dos homens trans e temas correlatos. Neste contexto, o Ministério da Saúde através da Portaria GM/MS nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 estabeleceu a “Política Nacional de Saúde Integral LGBT”, cujo objetivo era:

Promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo’ (BRASIL, 2013). Logo deveria por assim criar mecanismos que favorecessem a despatologização das experiências trans e institucionalizar espaço para a escuta da diversidade que as experiências trans ensejam. (TENÓRIO; PRADO, 2016, p. 52, 53)

Em 2012 foi realizada a 2ª Conferência Nacional LGBT em Brasília. Ao contrário da primeira, onde só estiveram presentes três homens trans, na 2ª Conferência aproximadamente dez homens trans de várias localidades do país compareceram constituindo-se como um grupo informal durante o evento. Em julho do mesmo ano em São Paulo foi fundada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), conforme texto publicado no perfil do ‘P.E.G. - Projeto Expressões de Gênero’ no Facebook<sup>6</sup>. A articulação

<sup>6</sup> Neste último fim de semana, 30 de junho e 1º de julho de 2012 no município de São Paulo (SP), foi fundada a Associação Brasileira de Homens Trans. A **ABHT** é a primeira associação (organização da sociedade civil e sem fins lucrativos) que **objetiva reivindicar e garantir os direitos humanos da população transmasculina e LGBT no Brasil**. No sábado, 30, foi realizada a Assembléia Geral de Fundação, a aprovação de um estatuto social e a eleição da primeira diretoria (biênio 2012-2014), constituída apenas de homens trans. No domingo, dia 1º, foi realizado um evento público para a devida divulgação da fundação da ABHT e foram firmadas relações de parcerias com as representatividades presentes de governo, movimento social e academia. As principais pautas da ABHT são a Lei de Identidade de Gênero, o Estatuto da Diversidade Sexual, a Criminalização da Homo e Transfobia; discutir e promover encaminhamentos sobre despatologização/despsiquiatrização das

protagonizada por homens trans contou, em seu evento de lançamento, com a participação de ativistas do movimento trans e pesquisadores. O objetivo central da ABHT se definiu em torno da luta pelos direitos humanos da população transmasculina e LGBT no país. Além disso, algumas pautas fundamentais ao movimento de homens trans foram também veiculadas, entre elas: a Lei de Identidade de Gênero; o Estatuto da Diversidade Sexual; a criminalização da homofobia e transfobia; a despatologização e a despsiquiatrização das transidentidades; políticas afirmativas, de modo a garantir o direito e o acesso das pessoas trans à saúde, educação, trabalho, habitação e segurança; e a visibilização dos homens trans. O principal ativista e articulador da ABHT foi Leonardo Tenório, original de Pernambuco, que soube se utilizar bastante do recurso às redes sociais para estimular o movimento auto-organizado dos homens trans no país. Também em 2012, Berenice Bento publicou o seu segundo livro pela coleção Primeiros Passos da Editora Brasiliense. Em “O que é transexualidade?” a identidade transmasculina foi amplamente discutida.

Em 2013, o Projeto de Lei (PL) 5.002/2013, ou a Lei João W. Nery, de identidade de gênero, foi apresentada ao Congresso Nacional brasileiro pelos deputados federais Jean Wyllys e Erika Kokay. Baseado na elogiada lei argentina de identidade de gênero, considerada por ativistas uma das mais avançadas do mundo, o PL João W. Nery contemplava algumas das reivindicações da população trans brasileira, como a de reconhecimento, por parte do Estado, da identidade de gênero autopercebida pelos sujeitos, como também exigia o direito “ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero” (parágrafo 1º, inc. II do PL 5.002/2013).

Além disso, limitava o poder absoluto e decisivo da medicina no processo de reconhecimento jurídico da identidade, permitindo que pessoas trans fossem diretamente aos cartórios obterem seus novos documentos, sem que para isso precisassem necessariamente passar por profissionais de saúde ou abrir processos judiciais demorados e caros. O PL João W. Nery nunca chegou a ser votado e somente em 2018, por via de jurisprudência do STF, as pessoas trans brasileiras puderam obter tal direito. Cabe ressaltar, entretanto, que apesar de consolidados na jurisprudência, direitos desta natureza gozam de menor proteção jurídica do que se tivessem tomado a forma de uma lei, como se pretendia com o PL João W. Nery.

Também em 2013, foi lançado outro documentário chamado “Questão de gênero”, com direção de Rodrigo Najar, com a presença de vários homens trans paulistas. Ele também incidiu fortemente entre os homens trans brasileiros, produzindo impulso para emergência de novos sujeitos. Em 2013 ainda, foi fundado o Instituto Brasileiro de

---

transidentidades; políticas públicas afirmativas para que as pessoas trans tenham acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, trabalho, habitação e segurança; promover a visibilidade e o fortalecimento de cada homem trans, e sua inclusão na sociedade. Texto publicado na página do *P.E.G. – Projeto Expressões de Gênero* no Facebook.

Transmasculinidade (IBRAT) em 2 de julho de 2013. A articulação foi fundada pelo então ativista trans, Luciano Palhano. O próprio nome sugeria uma preocupação com a possibilidade de captação de recursos. O IBRAT rapidamente se capilarizou e eclipsou a influência da ABHT sobre os homens trans. Várias lideranças trans surgiram regionalmente através do IBRAT. A composição inicial da diretoria do IBRAT compunha-se dos ativistas Alexandre Peixe (SP), Raicarlos Coelho (PA), Sillvyo Nóbrega (CE) e Luciano Palhano (PB). Também colaboraram naquela gestão, Leonardo Peçanha (RJ) e Régis Vascon (SP).

Em 2016, foi realizada a 3ª Conferência Nacional LGBT. Neste momento, contudo, utilizando outro nome, sendo na verdade a “12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos”, da qual a população ‘T’ foi diluída. A 12ª Conferência foi realizada já no “apagar das luzes” do governo de Dilma Roussef, deposta por um Golpe pouco tempo depois. Em 2017, estreou em abril, na Rede Globo de Televisão, a telenovela “A Força do Querer”, com direção de Glória Peres, proporcionando uma visibilização sem precedentes à identidade transexual masculina através do protagonista Ivan. Em 2018, vimos na edição atualizada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) o anúncio da retirada pela OMS, da transexualidade da relação de doenças mentais, para integrá-la ao capítulo de “condições relacionadas à saúde sexual”, classificando-a como uma “incongruência de gênero”, mas não mais como doença.

Atualmente, vemos algumas dezenas de coletivos e manifestações de homens trans, principalmente na cena virtual brasileira. Eles também já estão mais presentes na produção de conhecimentos técnico-científicos, ainda que em menor número do que outras identidades LGBT e também na cena cultural, escrevendo livros, atuando em peças teatrais, entre outras manifestações. Além disso, tais sujeitos se manifestam nas instituições, muitas das quais espaços de trabalho dos/as assistentes sociais em busca da conquista de direitos que historicamente foram reprimidos.

O intervalo temporal sobre o qual se debruçou este trabalho, foi marcado por um processo de *visibilização* (WERNECK, 2013) numericamente expressiva de pessoas, cujas expressões e identidades de gênero se constroem no sentido de extrapolar certas determinações históricas, políticas e culturais do ser *homem*. Trata-se, portanto, de homens cujas masculinidades e corporeidades se fazem e se refazem de forma múltipla (ALMEIDA, 2012). E que simultaneamente compartilham entre si o fato de terem sido compulsoriamente assinalados sob os signos da feminilidade no momento do nascimento, tendo ao longo de suas vidas, em diferentes momentos e sob circunstâncias diversas, reivindicado para si uma identidade de gênero situada no campo das masculinidades (ALMEIDA, 2012).

Se pudermos comparar as masculinidades aos pigmentos, a noção de uma ‘aquarela das masculinidades’ nos sugere uma composição na qual as representações sociais do que é masculino podem ser facilmente diluídas e suas fronteiras borradas. Confeccionando novas tonalidades do ser *homem*, em meio a uma imensa paleta de cores que representariam as expressões de gênero, e que por sua vez, compõem irrestritamente a todos os sujeitos.



Figura 1: *Nem do Estado, nem da Igreja, esse corpo é meu! Sou HOMEM TRANS e quero dignidade e respeito!*  
 Fonte: Geledés Instituto da Mulher Negra. Marcha da visibilidade trans por mais emprego e dignidade na Avenida Paulista. Foto: Roberto Parizotti. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/aceso-ao-emprego-ainda-e-principal-demanda-do-movimento-trans-por-walber-pinto/>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. ‘Homens Trans’: Novos matizes na aquarela das masculinidades? In: Estudos Feministas, Florianópolis. mai./ago. 2012. p. 513-523

ARÁN, M.; Zaidhaft, S.; Murta, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. In: Psicologia & Sociedade. N. 20. 2008. p. 70-79.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história

do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 14, Dossier n. 2, p. 319-351, ago. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.482/1997.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.652/2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria Nº 457, de 19 de

Agosto de 2008.

NERY, João W. Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

PRECIADO, Paul B. Texto Junkie. Sexo, drogas e biopolítica na farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PROJETO DE LEI Nº 5002/2013. Lei João W. Nery Lei De Identidade De Gênero. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2006. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/pdf/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 8 mar. 2016.

TENÓRIO, L. F. P.; VIEIRA, L. L. F.; LIVADIAS, S. K. Da luta à Execução do Processo Transexualizador: Experiência no Hospital das Clínicas da UFPE. In: OLIVEIRA, A. D.; PINTO, C. R. B. (Orgs). Transpolíticas Públicas. Campinas: Papel Social, 2017.

WERNECK, Jurema. “É preciso imagem para recuperar a identidade”: histórias de nós, mulheres negras e processos de aniquilamento. In: SILVA, D. A.; HERNÁNDEZ, J. G.; SILVA JUNIOR, A. L.; UZIEL, A. P. (Org.). Feminilidades: corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. Direitos sexuais, saúde e relações étnico-raciais: perspectivas feministas. p. 39-48.

**MÍDIA:**

Eu sou homem. Direção: Márcia Cabral. Produção: Coletivo de Feministas Lésbicas/ Minas de Cor. Duração: 22 minutos. Brasil, 2008.